

**O BEM MORRER NO RECÔNCAVO DA GUANABARA (FREGUESIA DE
NOSSA SENHORA DE PIEDADE DO IGUAÇU, SÉCULO XVIII)¹.**

Ana Paula Souza Rodrigues
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM)
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq/PIBIC
E-mail: anarodrigues166@oi.com.br

A Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú integrava parte do Recôncavo da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro e tornou-se hoje parte da região denominada Baixada Fluminense. O povoamento do Recôncavo se inicia no século XVI, por meio de doações de sesmarias realizadas após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara.² A comunicação terrestre entre a freguesia e a cidade do Rio de Janeiro era difícil devido à existência de brejos e pântanos na região. Por isso sua rede hidrográfica, que desemboca na baía, foi a principal via utilizada para o trânsito de pessoas e mercadorias. Os principais rios eram o Meriti, o Iguaçu, o Pilar Sarapuí e o Saracuruna, em cujas margens foram instalados os primeiros engenhos.

Desde o século XVII o Rio de Janeiro produzia açúcar e aguardente e os vendia no comércio transatlântico para aquisição de escravos em Angola³. No século XVIII, a freguesia passou a colaborar mais significativamente com a produção de açúcar. De acordo com as *Memórias Históricas*, de José de Souza A. Pizarro e Araújo, a Freguesia de Piedade de Iguassú fora fundada em 1719, quando contava 2 engenhos e uma população de 963 livres e 1.219 escravos. Também produzia alimentos, sobretudo feijão, milho, arroz, mandioca, arroz, e mesmo café. Além de 2 fábricas de açúcar, havia 4 de aguardente e algumas olarias. As mercadorias eram escoadas para a cidade do Rio de Janeiro através de barcos e canoas, principalmente pelo rio *Iguassú*⁴. Cabe destacar ainda importância do corte de madeira na região, atividade incrementada no início do século XIX⁵. Antes, a partir do *boom* aurífero em Minas Gerais no século XVIII, as freguesias do Recôncavo da Guanabara tornaram-se pontos de ligação entre o litoral do Rio de Janeiro e as minas auríferas, quando estradas foram criadas: Caminho Novo

(1698), Variante do Caminho Novo (1722) e Caminho de São Paulo (1733).⁶ Os povoados estabelecidos ao redor destes caminhos forneciam suprimentos a tropas que por ali transitavam, as quais levavam manufaturas e escravos para Minas Gerais, de onde retornavam com para o litoral com o ouro.

Este é o cenário que serve de pano de fundo para o nosso estudo sobre concepções e hierarquias expressas na morte, elaborado com base em registros paroquiais de óbito e testamentos. No atual estágio da pesquisa, analisamos 1.048 registros de óbitos, para anos compreendidos entre 1723 e 1798⁷. São fontes de natureza serial que informam nome do morto, data do óbito, sexo, idade relativa (adulto, inocente), naturalidade, tipo de mortalha, sacramentos recebidos, etc. Por tais informações é possível analisar elementos de distinção social que permeavam aquela sociedade de Antigo Regime e escravista. A própria separação dos óbitos em livros de livre-forros e de escravos demonstra a hierarquização social⁸.

Já os testamentos, inclusos em alguns óbitos, apesar de seguirem um modelo estrutural, possuem um caráter mais qualitativo, expressando vontades individuais. Nele o enfermo declara sua naturalidade, suas dívidas, seus bens e suas “últimas vontades”. Nestas derradeiras vontades estão se incluem desde instruções para a realização do sepultamento (número de missas, mortalhas, acompanhantes, etc.) à menção dos legados deixados. Assim, em geral o ato de testar era empreendido por aqueles que possuíam bens, nos quais se incluem os escravos, que não testavam.

Mas, sobretudo o testamento era um momento de prestar contas com Deus e preparar a vida no além túmulo. Foi o que fez Alberto da Costa Pinheiro em 1779:

*Em meu perfeito juízo e entendimento que o Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte e desejando por minha alma no caminho da salvação, por não saber o que o Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido levar-me para si, faço este testamento na forma seguinte (...)*⁹.

Como se vê, para testar era preciso ter um quadro de perfeita saúde mental, pois se expressava arrependimento, sendo, portanto, o testamento um instrumento adequado para tal fim. Como afirma Áries, tal documento possuía duas funções. Primeiro, era um passaporte para o céu, um meio de salvação. Segundo, era um meio de associar as

riquezas terrestres à obra pessoal de salvação, ou seja, guardar o amor pelos bens terrenos (ao nomear os herdeiros) ao mesmo tempo em que deles se separava (ao declarar suas dívidas, doar esmolas e demonstrar humildade e arrependimento). Sendo assim, analisar as últimas vontades na freguesia de Piedade do Iguaçu em fins do século XVIII objetiva perceber a dimensão local de expressão de arrependimento e de preparação do caminho da salvação. Em suma, a partir do cruzamento de fontes, visamos relacionar o microcosmo da morte (sua expressão na Freguesia de Piedade do Iguaçu) à esfera macro do Império colonial português. Resta-nos, doravante, analisar as hierarquias de uma sociedade de Antigo Regime¹⁰, através da morte, manifestas nos elementos que compõem o *bem morrer*. Segundo Cláudia Rodrigues a “boa morte” ocorria quando se realizavam os sacramentos, a feitura do testamento e o ingresso em uma irmandade.¹¹ Outro elemento diferenciador a ser acrescentado é a mortalha, pano que envolve o corpo do cadáver.

Entender as hierarquias locais do bem morrer implica em sublinhar concepções sobre a morte, introduzidas pela Igreja Católica. A partir da Reforma Tridentina, em 1545, as atitudes diante da morte passaram a fazer parte de um programa de combate ao perigo protestante, quando se monopolizaram os sepultamentos e criou-se uma pedagogia do medo através das noções de “Purgatório”, “Juízo final” e “Inferno”. O medo de um destino incerto para a alma envolve a mentalidade dessa sociedade. Assim, a existência de uma liturgia católica objetivou o ensinamento dos procedimentos a serem tomados para o *bem morrer*.¹²

Podemos classificar a concepção de morte neste período como “morte domada”, que para o autor Philippe Áries é a morte aceita, próxima, familiar, assistida em cerimônia pública e organizada. Ainda segundo o autor, após o último suspiro do moribundo, começava a realização das exéquias, compostas de quatro partes: primeiramente, o luto, a manifestação da dor; em seguida, a repetição da absolvição dita perante o moribundo; logo após era formado o cortejo, onde o corpo era envolvido em um lençol ou mortalha, deitado no esquife (leito desmontável para o transporte de cadáveres). e acompanhado até o local de sepultamento; por último ocorre o enterro propriamente dito.¹³

Para além da preocupação com a morte quando diante dela, por meio das associações em irmandades também se observa como o *bem morrer* era uma preocupação que afetava o dia-a-dia das pessoas. Tais confrarias existiam em Portugal desde o século XIII, mas a formação de um Império ultramarino, estas instituições foram trasladadas para as colônias, onde sofreram modificações a partir do encontro de novos elementos, tais como a escravidão moderna e práticas “pagãs”.

As irmandades eram associações corporativas fundadas em hierarquias sociais, não políticas, havia sociedades de brancos, pardos e negros. Além disso, serviam como veículo transmissor do catolicismo popular, tendo como principal objetivo o fornecimento de um funeral digno a seus associados¹⁴. Através deste fato, percebemos que a participação de pessoas de cor (tantos forros como cativos) deve-se ao interesse de garantir um sepultamento junto aos santos, com acompanhamento e missas em prol de sua alma.

Através dos óbitos, constatamos a existência dos seguintes locais de sepultamento na Freguesia de Piedade do Iguassú: cova da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, das Almas, de Nossa Senhora da Piedade, do Rosário, do Santíssimo Sacramento e ainda a cova da Fábrica (cova da própria paróquia), dentro de capelas de engenhos e as covas dentro da Igreja. A maioria dos sepultamentos foi realizada em cova de fábrica. Entre os sepultamentos em covas de irmandades, os livres têm uma maior participação na Irmandade do Santíssimo Sacramento (13,5% do total dos livres), já os escravos e forros tiveram maior participação na Irmandade do Rosário (9,0% e 25,6% respectivamente do total dos escravos e forros). Apesar de não ter contato com os compromissos de tais confrarias, algumas conjecturas podem ser efetuadas: essa diferenciação pode se dar pelo fato desta última estar mais acessível aos homens “de cor”, devido a uma menor cobrança da taxa de anuidade, a não exigência de limpeza de sangue, acesso a cargos da irmandade, dentre outros aspectos ainda a explorar.

No que concerne às mortalhas, os corpos foram envoltos em quatro tipos: panos de cor, hábitos sacerdotais, de santos ou lençóis. No caso dos escravos não há menção de nenhum tipo de tecidos para envolver seus corpos. Para além do possível esquecimento do pároco em registrar, podemos constatar o alto custo destes panos. Por

sua vez, os livres tiveram um maior índice no uso dos hábitos de cor (18,8%), principalmente o branco, seguido dos hábitos de santos (5,6%), principalmente o franciscano, sendo os únicos a utilizar as vestes sacerdotais. Vestes sacerdotais e de santos eram mais dispendiosos. Segundo João José Reis, o uso delas representa um apelo aos santos para colocar a alma no caminho da salvação. Os forros, em relação aos livres, são os que mais utilizam as mortalhas, 35,5%, e 25,0%, respectivamente. Apesar disto, não utilizam nenhuma mortalha sacerdotal e uma pequena porcentagem do uso de mortalha de santos (2,0%).

Compondo as exéquias, os sacramentos são ritos de incorporação dos mortos ao seu destino no além e, naquela sociedade de Antigo Regime, todos os segmentos sociais recorriam aos sacramentos na hora derradeira. Em nossa amostra 69,8% dos forros recebem todos ou alguns sacramentos, os escravos 46,6% e 39,1% os livres. Assim, percebemos que o status jurídico-social não era obstáculo para a administração de sacramentos. Na pesquisa realizada por Cláudia Rodrigues sobre algumas freguesias do Rio de Janeiro do século XIX, os índices de sacramentos recebidos por forros e escravos também eram maiores em relação aos livres¹⁵.

Em uma freguesia longe do Bispado do Rio de Janeiro, como era a de Piedade de Iguassú, que contava somente com uma Matriz, a morte repentina ou a impossibilidade de avisar o pároco a tempo de assistir o moribundo, findar-se-ia uma vida sem o cumprimento de uma das exéquias. Com efeito, justificativas para a não realização dos sacramentos são recorrentes nos registros, tais como: “*Não, pois faleceu repentinamente lançando sangue pela boca.*”; “*Não, por não chamarem o vigário a tempo*”; “*Não, por morrer repentinamente*”.

Apesar de a distância do Rio de Janeiro e dos aspectos que impediam os sacramentos, os elementos usados na realização dos ritos fúnebres formam um conjunto indicativo da disposição hierárquica da Freguesia de Piedade de Iguassú. Assim, até o momento a pesquisa tem observado que até mesmo no momento da morte os indivíduos diferenciavam-se, tornando as exéquias e a participação em irmandades indicadores de *status* sociais. O estudo ainda está em fase inicial e os aspectos que compõem a hierarquia da morte serão relacionados às famílias da freguesia, como, por exemplo,

sua ligação com os primeiros conquistadores da capitania, o que será feito por meio dos registros de batismo e matrimônio.

A única certeza até agora é a de que as concepções de morte e as hierarquias expressas por elas inserem a Freguesia de Piedade do Iguaçú nas engrenagens da colonização do Império português, norteado por estruturas hierárquicas de Antigo Regime. Assim, vemos o mundo dos mortos demonstrando o lugar e o status social no mundo dos vivos.

Bibliografia

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ÀRIES, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú: comemortiva do primeiro sentenário da fundação da villa em 15 de janeiro de 1833*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, Rodrigues & Cia, 1933.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Capítulos 1 e 10.

REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação em Formação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. *Nas fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

¹ Ainda em andamento, este trabalho comporá parte de minha monografia de fim de curso, orientada pelo Professor Doutor Roberto Guedes Ferreira. Agradeço pela permissão do uso da documentação.

² Atlas Fundiário do Rio de Janeiro; 1991.

³ FRAGOSO, João, 2001. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.31 e 32 .

⁴ ARAÚJO, 1945. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p.87,88

⁵ Para mais detalhes ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro- séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p. 41.

⁶ Atlas Fundiário do Rio de Janeiro; 1991. P. 17.

⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu, Livro analisados: Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú 1777-1798); Livro de Óbitos de livres, forros e escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú 1723-1769); Livro de Óbitos de escravos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú 1757-1762).

⁸ Faria, 1998. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 304-312

⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu. Livro de Óbitos de livres e forros (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Aguassú 1777-1798); fl. 7 v.

¹⁰ Sobre hierarquias de Antigo Regime nos trópicos, cf. Fragoso, 2001. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 29-72.

¹¹ Rodrigues, 1997. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação em Formação Cultural, Divisão de Editoração. p. 150; 151.

¹² Rodrigues, 2005. *Nas fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. p 59.

¹³ Áries, 2003. ÁRIES, Philippe. *História da morte no ocidente*. p. 107-109

¹⁴ REIS, 1991, A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do séc. XIX. São Paulo: Companhia das Letras. p. 49-50.

¹⁵ Rodrigues, 1997. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação em Formação Cultural, Divisão de Editoração. p. 184.